

**Direções Estratégicas e Prioridades de Investimento do CEPF
no Hotspot das Florestas Guineenses**

Direções Estratégicas	Prioridades de Investimento
<p>1. Habilitar as comunidades locais para o envolvimento na gestão sustentável dos 40 locais prioritários e consolidar a conectividade ecológica à escala da paisagem.</p>	<p>1.1 Fortalecer a elaboração e/ou implementação de ordenamento do território, posse da terra e reformas florestais de modo a facilitar a boa governação na gestão de reservas e concessões comunitárias e privadas.</p>
	<p>1.2 Promover a preparação e implementação de planos de gestão participativa que apoiem a colaboração das partes interessadas na gestão da área protegida.</p>
	<p>1.3 Demonstrar atividades de subsistência sustentável/ criação de emprego às comunidades locais, que irão agir como incentivos para a conservação dos locais prioritários (por exemplo, a domesticação de espécies selvagens, a exploração madeireira sustentável de florestas controladas localmente, a colheita de produtos florestais não madeireiros, a agricultura sustentável, <i>etc.</i>).</p>
<p>2. Integrar a conservação estratégica da biodiversidade nas políticas públicas e práticas do setor privado nos nove corredores de conservação, a nível local, sub-nacional e nacional.</p>	<p>2.1 Conduzir pesquisa, análise e divulgação politicamente relevantes que atualizem e influenciem o desenvolvimento de políticas nacionais governamentais de conservação, inclusive na gestão de áreas protegidas, pagamento por serviços ecossistémicos, Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+) e adaptações às alterações climáticas com base nos ecossistemas.</p>
	<p>2.2 Gerar informações localmente relevantes sobre os ecossistemas naturais (por exemplo, avaliações económicas de serviços ambientais) de modo a influenciar a tomada de decisão política e económica em favor da sua conservação.</p>
	<p>2.3 Facilitar parcerias entre as comunidades locais, o setor privado e o governo de modo a demonstrar modelos de melhores práticas de mineração, silvicultura sustentável e agricultura sustentável em empresas privadas.</p>
<p>3. Salvaguardar espécies globalmente ameaçadas prioritárias ao identificar e abordar as principais ameaças e lacunas de informação.</p>	<p>3.1 Apoiar a implementação de planos de acção de conservação para espécies ameaçadas e criticamente ameaçadas de extinção na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza UICN.</p>
	<p>3.2 Atualizar as análises das KBAs, incorporando dados recentes, incluindo nas áreas da Alliance for Zero Extinction e avaliações Red List global, e através da realização de investigação orientada para preencher lacunas de conhecimento fundamentais.</p>
<p>4. Desenvolver a capacidade das organizações locais da sociedade civil, incluindo Povos Indígenas, grupos de mulheres e jovens, na conservação e gestão da biodiversidade de importância global.</p>	<p>4.1 Fortalecer a capacidade das organizações locais da sociedade civil na gestão financeira, institucional e de projetos, governança organizacional, e captação de recursos.</p>
	<p>4.2 Estabelecer e fortalecer as organizações de conservação e desenvolvimento lideradas por mulheres, associações e redes de promoção da igualdade de género na gestão dos recursos naturais e repartição de benefícios.</p>
	<p>4.3 Fortalecer a capacidade de comunicação de organizações locais da sociedade civil em apoio à sua missão e criar consciência pública sobre a importância dos resultados da conservação.</p>
<p>5. Fornecer liderança estratégica e coordenação de investimento eficaz através de uma Equipa de Implementação Regional.</p>	<p>5.1 Operacionalizar e coordenar os processos e procedimentos de concessão de financiamento do CEPF de modo a assegurar a aplicação eficaz da estratégia de investimento em todo o hotspot.</p>
	<p>5.2 Estabelecer um amplo círculo de grupos da sociedade civil que trabalhem para além das fronteiras e políticas institucionais com vista a alcançar os objectivos comuns de conservação.</p>

Direção Estratégica 1. Habilitar as comunidades locais para o envolvimento na gestão sustentável dos 40 locais prioritários e consolidar a conectividade ecológica á escala da paisagem

O Capítulo 7 revela que a pressão das comunidades locais para satisfazer as suas necessidades básicas diárias é uma ameaça para a conservação e gestão sustentável de muitas Áreas-chave Para a Diversidade (Key Biodiversity Areas - KBAs). O Capítulo 8 destaca que a caça e a pesca excessiva são ameaças para populações de animais selvagens em todos os países do hotspot, impulsionadas em grande parte pela demanda de proteína entre as comunidades rurais em expansão, bem como nas populações urbanas com o aumento do poder de compra. Este capítulo também revela que o crescimento da população rural, juntamente com o aumento da demanda por commodities agrícolas dentro e fora do hotspot, estão a impulsionar a expansão agrícola, levando à perda de habitats. A exploração madeireira ilegal e a extração insustentável de lenha e carvão vegetal são ameaças adicionais, que são novamente impulsionadas pela demanda externa combinada com a falta de opções de subsistência sustentáveis para as comunidades locais. Estas ameaças são especialmente graves em KBAs que não estão adequadamente cobertas por áreas protegidas, mas em áreas protegidas também existem sérios problemas com o uso insustentável de recursos. O Capítulo 6 também destaca que a maioria dos países do hotspot têm legislação relacionada com áreas protegidas, gestão florestal e proteção ambiental em vigor. No entanto, a capacidade das agências governamentais para realmente aplicar a lei é, em muitos casos, fraca. Isso é especialmente verdade em áreas remotas da floresta fora de unidades de conservação. Neste contexto, as comunidades locais são muitas vezes os atores melhor posicionados para enfrentar as principais ameaças aos locais prioritários, por sua conta ou em colaboração com as agências governamentais. Atualmente, no entanto, o envolvimento da comunidade local na conservação é irregular. Onde existem incentivos limitados ou alternativas económicas, pode ocorrer o envolvimento em atividades ilegais ou insustentáveis, como conspiração com madeireiros, mineiros e caçadores ilegais, empobrecendo populações de espécies e degradando habitats naturais.

Para resolver estas questões, o Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (Critical Ecosystem Partnership Fund - CEPF) apoiará projetos que capacitem as comunidades locais para o seu envolvimento na gestão sustentável dos 40 locais prioritários identificados na Tabela 12.2, a fim de consolidar a conectividade ecológica á escala da paisagem. A Prioridade de Investimento 1.1 incidirá fora das áreas protegidas convencionais, aproveitando-se das reformas políticas, introduzindo novos modelos de conservação de locais, liderados pela comunidade, tais como as reservas da comunidade e concessões de conservação. A Prioridade de Investimento 1.2 irá funcionar dentro das áreas protegidas, promovendo planos de gestão participativa que criem oportunidades de envolver as comunidades e outros partes interessadas locais, no papel de parceiros activos na conservação. Finalmente, a Prioridade de Investimento 1.3 incidirá sobre todos os locais prioritários e demonstrará as actividades de subsistência sustentáveis que têm o potencial para atender às necessidades das pessoas locais e incentivá-las a participar na conservação e gestão sustentável dos recursos biológicos. O foco desses investimentos serão estas comunidades que estão atualmente a colocar maior pressão sobre os locais prioritários, o que significa que elas podem não estar necessariamente dentro dos limites das KBAs em si. Para serem elegíveis ao apoio do CEPF, todos os projectos no âmbito desta direção estratégica devem envolver as comunidades-alvo em todas as fases de concepção e execução do projecto, ter em conta as estruturas de governação existentes, incluindo os intervenientes habituais, e visar o acesso da população local aos recursos e á partilha equitativa dos custos e benefícios.

Prioridade de Investimento 1.1 Fortalecer a elaboração e/ou implementação de ordenamento do território, posse da terra e reformas florestais de modo a facilitar a boa governação na gestão de reservas e concessões comunitárias e privadas.

Tem sido observado no hotspot que os acordos de posse de terra atuais são um dos principais problemas para a conservação, principalmente porque as comunidades e as empresas privadas normalmente não possuem a terra agrícola ou florestal que utilizam, devido ao facto de que a maioria da terra pertence ao Estado, que a aluga para uso temporário. Este sistema de posse da terra faz com que seja muito difícil para os pequenos agricultores ou empresas investir numa grande parcela de terra durante um longo período de tempo, uma vez que têm medo de que o governo possa retomar ou alterar a posse das suas terras; especialmente considerando, tal como as experiências de campo têm revelado, que a alocação de terras não é feita de forma transparente. O ordenamento do território também é um problema devido à sobreposição de jurisdições entre os diferentes órgãos de governo, levando a práticas de uso da terra que provocam conflitos entre os mesmos. Por exemplo, tem havido casos em que foram concedidas licenças de mineração em concessões florestais pertencentes a outro concessionário.

Estes problemas com a posse da terra estão a ser abordados gradualmente através de reformas políticas e legislativas a favor da consolidação da posse de terra comunitária e privada ao longo de períodos mais longos. Aproveitando esta oportunidade, o CEPF apoiará processos participativos de planeamento e metodologias de uso da terra, nomeadamente aqueles que capacitem as comunidades a deter e gerir os recursos da terra e florestas. Em alguns locais, isso exigirá o apoio a acções que protejam os direitos das comunidades e investidores do setor privado quando colocados contra os caprichos dos funcionários do governo local e outras partes interessadas. Em alguns casos, os investimentos do CEPF irão resultar na criação de comunidades ou reservas privadas, ou mesmo de concessões de conservação. No entanto, os modelos que integram a conservação da biodiversidade na gestão de áreas de produção também serão apoiados no âmbito desta Prioridade de Investimento, mesmo que elas não envolvam explicitamente o estabelecimento de áreas de conservação.

Prioridade de Investimento 1.2 Promover a preparação e implementação de planos de gestão participativa que apóiem a colaboração das partes interessadas na gestão da área protegida.

A elaboração e implementação de planos de gestão participativa é uma abordagem importante na gestão sustentável das áreas protegidas. O processo de consulta revelou, no entanto, que algumas áreas protegidas não têm planos de gestão, a duração legal de muitos outros planos expirou, enquanto alguns com status legal válido não estão a ser respeitados devido a uma falta de participação dos parceiros locais na sua preparação. Há também uma escassez de recursos financeiros e humanos por parte dos órgãos governamentais encarregados da gestão de áreas protegidas. Tudo isto facilita a participação de Organizações da Sociedade Civil (Civil Society Organizations - CSOs), comunidades locais e outras partes interessadas na elaboração e implementação de planos de gestão de áreas protegidas.

O CEPF irá, portanto, apoiar as CSOs no trabalho com os governos locais e nacionais e com os funcionários do sector privado nomeados para levar a cabo brainstorms, elaborando, atualizando, implementando e monitorando a implementação de planos de gestão participativa. Desta forma, as condições facilitadoras essenciais serão postas em prática na gestão colaborativa de áreas protegidas, tratando os parceiros locais interessados como aliados positivos na conservação, concedendo-lhes uma voz nas decisões de gestão

Prioridade de Investimento 1.3 Demonstrar atividades de subsistência sustentável/ criação de emprego às comunidades locais, que irão agir como incentivos para a conservação dos locais prioritários (por exemplo, a domesticação de espécies selvagens, a exploração madeireira sustentável de florestas controladas localmente, a colheita de produtos florestais não madeireiros, a agricultura sustentável, etc.).

É amplamente reconhecido pelas partes interessadas consultadas durante a preparação do perfil do ecossistema que, porque as comunidades locais dependem fortemente dos recursos naturais para a sua subsistência, será muito difícil para elas conservar os recursos naturais se não tiverem acesso a projetos de subsistência sustentáveis ou estratégias alternativas de desenvolvimento que reduzam a sua dependência de formas insustentáveis de uso dos recursos naturais. Além disso, por causa da alta incidência de pobreza, alguns membros da comunidade são coniventes com caçadores e madeireiros ilegais, em troca de qualquer parte do espólio ou de fundos para cobrir as suas necessidades médicas ou de uso doméstico imediato. Isso explica parcialmente porque muitos projectos de conservação no hotspot alocaram uma parte importante dos seus recursos para incentivar as comunidades locais a participar plenamente em programas e atividades de conservação, e a experiência da primeira fase do investimento sugere que tais abordagens produziram resultados significativos. No entanto, é importante notar que as lições aprendidas com o processo de consulta e investimentos anteriores do CEPF no hotspot mostram que os projectos locais também falharão se mecanismos sadios e transparentes de repartição de benefícios não estiverem configurados para promover boas práticas de governança, e se a sustentabilidade de incentivos financeiros não estiver garantida.

O CEPF irá apoiar as comunidades locais dentro e em torno das KBAs prioritárias na concepção, desenvolvimento e/ou implementação de projetos de subsistência sustentáveis, tais como a domesticação de animais selvagens e de espécies frutíferas nativas, apicultura, turismo baseado na natureza e colheita sustentável de produtos florestais não madeireiros. No que diz respeito à domesticação de espécies selvagens, há um risco inerente de projectos de domesticação que facilitem a 'lavagem' de animais selvagens capturados e, assim, facilitando a caça furtiva e o comércio da vida selvagem. Para atenuar esse risco, todas as atividades serão acompanhadas de perto, o apoio só será concedido para a domesticação de espécies não ameaçadas, tais como roedores silvestres, e o CEPF apoiará o desenvolvimento de empreendimentos comunitários legais para facilitar a implementação destas actividades.

No que diz respeito à domesticação e transformação de Produtos Florestais Não Madeireiros (Non-timber Forest Products - NTFP), as consultas feitas as partes interessadas revelaram que o acréscimo de valor e comercialização de NTFPs tem sido muito difícil para as comunidades no hotspot devido à falta de fundos, tecnologia, know-how e mercados. O CEPF irá, portanto, fornecer apoio (financeiro e técnico) às comunidades na colheita sustentável, transformação e comercialização desses produtos, apoiando actividades complementares de desenvolvimento de mercados para os produtos acabados.

Tal como a redução da pressão sobre os recursos naturais e o incentivo às comunidades no apoio aos esforços de conservação no terreno, também são esperadas actividades de subsistência sustentável na capacitação de líderes comunitários. As habilidades desenvolvidas podem ser posteriormente utilizadas na mobilização da comunidade para actividades de conservação. Espera-se que os projectos apoiados no âmbito desta prioridade de investimento assegurem a participação equitativa das mulheres na concepção e implementação das actividades do projeto, inclusive em posições de liderança. Os beneficiados devem também garantir que os mecanismos

de partilha de benefícios participativa sejam concebidos, implementados e monitorados de modo a permitir que todas as partes interessadas participem plenamente e recebam benefícios a partir de projetos que sejam equivalentes aos seus esforços e custos, dando prioridade a grupos vulneráveis, incluindo Povos Indígenas e mulheres.

Direção Estratégica 2. Integrar a conservação estratégica da biodiversidade nas políticas públicas e práticas do setor privado nos nove corredores de conservação, a nível local, sub-nacional e nacional

A maioria dos países do hotspot tem uma extrema necessidade de projetos de desenvolvimento que criem emprego e gerem receitas para pagar a educação, cuidados de saúde e outros serviços essenciais. Logo, os projectos de desenvolvimento, tais como minas, barragens hidroelétricas e plantações de culturas de rendimento em grande escala tendem a ser vistos de forma positiva pelos funcionários públicos e representantes eleitos. No entanto, uma das principais causas da perda de biodiversidade nos hotspots é o desenvolvimento e implementação de grandes projetos de desenvolvimento que não integram adequadamente as preocupações ambientais e de proteção social.

Tal como visto no Capítulo 8, a agricultura e a aquicultura são vistas pelas partes interessadas como a segunda maior ameaça para a biodiversidade no hotspot, enquanto a produção de energia e mineração são a terceira maior ameaça. Vários países no hotspot estão neste momento a planear e implementar grandes projetos de desenvolvimento dentro ou perto de locais prioritários. Para equilibrar as exigências do desenvolvimento e a necessidade de conservar a biodiversidade, há, portanto, uma necessidade de integrar a conservação da biodiversidade nas políticas de desenvolvimento do governo, legislação e estruturas regulatórias, bem como as práticas de negócios das empresas do setor privado.

Uma vez que a maioria das políticas, leis e legislação existentes foram elaborados sem plena consulta com as partes interessadas, nomeadamente as comunidades rurais e a sociedade civil, existem oportunidades significativas para que as reformas políticas promovam modelos de crescimento sustentáveis a favor dos mais pobres. A disponibilidade de recursos e a capacidade de absorção das organizações de conservação no hotspot significam que os investimentos do CEPF ao longo dos próximos cinco anos serão capazes de testar e refinar uma gama inovadora de conservação e abordagens de desenvolvimento sustentável em locais seleccionados, mas não serão capazes de os amplificar por si só. Em vez disso, o CEPF apoiará a investigação orientada, bem como a análise e a divulgação de resultados de modo a facilitar a criação de políticas baseadas em evidências, que leve em conta os valores económicos e climáticos dos ecossistemas naturais, ou seja, a responsabilidade sobre o património natural (Prioridade de Investimento 2.1). Isto será complementado por iniciativas que gerem informações relevantes a nível local que possam influenciar a tomada de decisão política e económica, facilitando a gestão sustentável de KBAs prioritárias. (Prioridade de Investimento 2.2). Finalmente, os subsídios do CEPF irão capacitar as comunidades locais e as suas associações no envolvimento com atores governamentais e privados do setor e na demonstração de modelos de boas práticas para o desenvolvimento sustentável, especialmente no que diz respeito à mineração, agricultura e silvicultura: os três sectores visados pelo programa de investimento do CEPF (Prioridade de Investimento 2.3). O foco geográfico para os investimentos no âmbito da presente Direção Estratégica serão os nove corredores de conservação (Figura 12.1).

Prioridade de Investimento 2.1 Conduzir pesquisa, análise e divulgação politicamente relevantes que atualizem e influenciem o desenvolvimento de políticas nacionais governamentais de conservação, inclusive na gestão de áreas protegidas, pagamento por serviços ecossistêmicos, Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+) e adaptações às alterações climáticas com base nos ecossistemas.

As informações sobre os resultados de conservação nas Florestas da Guiné são irregulares, e, principalmente, limitadas aos valores intrínsecos da biodiversidade, tais como níveis de riqueza de espécies, ameaça e endemismo. Esta informação, embora altamente relevante para a imputação de investimento em conservação, dificilmente influencia as políticas nacionais, que precisam comparar os custos sócio-econômicos e benefícios de diferentes alternativas. Com poucas exceções, as informações sobre os valores sociais e econômicos dos ecossistemas naturais e os serviços que prestam não está disponível ou limitado á anedota.

Consequentemente, o CEPF apoiará o empreendimento e disseminação de pesquisas e análises políticas relevantes que facilitem o desenvolvimento de políticas nacionais de suporte á gestão sustentável de áreas protegidas, o pagamento por serviços ambientais e a utilização de soluções para as alterações climáticas baseadas na natureza, em especial a elaboração e implementação de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+ -Reducing Emissions from Deforestation and forest Degradation) e adaptação baseada nos ecossistemas. As actividades no âmbito desta prioridade de investimento podem exigir a participação de instituições de pesquisa e grupos de reflexao de política, bem como Organizacoes Não Governamentais (NGO- Non Governmental Organization) com foco na redução da pobreza. Os projetos serão incentivados a integrar informações geradas sobre os valores dos ecossistemas naturais sob a Prioridade de Investimento 2.2, quando relevante.

Prioridade de Investimento 2.2 Gerar informações localmente relevantes sobre os ecossistemas naturais (por exemplo, avaliações económicas de serviços ambientais) de modo a influenciar a tomada de decisão política e económica em favor da sua conservação.

A fim de apoiar políticas de reforma e processos de decisão económica que favoreçam a conservação em oposição a visões de desenvolvimento alternativo inconsistentes com a persistência a longo prazo da biodiversidade, é muito importante gerar uma base científica e de informação estabelecida nos valores socioeconômicos dos ecossistemas naturais locais e nos serviços ecossistêmicos que estes proporcionam.

Com este fim, o CEPF irá apoiar a geração de informações localmente relevantes para incorajar a tomada de decisões económicas e políticas sadias. Porque os decisores no governo e setor privado poderão quantificar as alternativas de desenvolvimento nos investimentos na conservação de locais prioritários em termos económicos, o cenário de conservação também deverá ser quantificado nos mesmos termos, se os tomadores de decisão forem de influência a favor delas. Projectos no âmbito desta prioridade de investimento poderão ajudar a estabelecer a base de evidências para o desenvolvimento posterior do pagamento por serviços ecossistêmicos ou outros mecanismos de financiamento de longo prazo no âmbito da Prioridade de Investimento.2.1

Prioridade de Investimento 2.3 Facilitar parcerias entre as comunidades locais, o setor privado e o governo de modo a demonstrar modelos de melhores práticas de mineração, silvicultura sustentável e agricultura sustentável em empresas privadas.

A maioria dos países do hotspot elaboraram estratégias e metas de desenvolvimento nacional que enfatizam os setores de mineração, agricultura e silvicultura como motores do desenvolvimento. Para assegurar que a evolução nestes sectores prossiga de forma consistente com a conservação da biodiversidade, há uma necessidade de demonstração de modelos que adaptem melhores padrões globais e práticas de sustentabilidade, e a sua aplicação no contexto local. Para este fim, o CEPF apoiará projectos que visam facilitar as parcerias entre as comunidades locais, empresas privadas e órgãos governamentais na demonstração de tais modelos em locais prioritários. Os CSOs estão bem posicionados para facilitar tais parcerias, para apresentar os parceiros às normas internacionais, como a certificação do Comité dos Serviços Financeiros (Financial Services Committee - FSC) para projetos florestais, e a Mesa Redonda para a Sustentabilidade do Óleo de Palma (Roundtable on Sustainable Palm Oil - RSPO) e as normas da Rede de Agricultura Sustentável (Sustainable Agriculture Network - SAN) no sector agrícola, e desenvolver ligações com o mercado de commodities certificadas.

Direção Estratégica 3. Salvar espécies globalmente ameaçadas prioritárias ao identificar e abordar as principais ameaças e lacunas de informação

Pelo menos 936 espécies no Hotspot das Florestas Guineenses estão globalmente ameaçadas (Tabela 4.1). A análise apresentada no Capítulo 8 indica que a ameaça mais comum que afecta estas espécies é a utilização insustentável de recursos biológicos, seguida da agricultura e aquacultura, e da poluição. Além disso, como visto no Capítulo 10, o financiamento proveniente de doadores para o conservacionismo baseado em espécies é muito limitado. As necessidades de conservação de muitas espécies globalmente ameaçadas seriam adequadamente abordadas através da protecção de habitats e controle sobre a exploração insustentável nos KBAs onde estas existem; isso exige ações de conservação locais. Tais ações serão tomadas para as espécies mais ameaçadas, e guiadas pelos planos de acção para a conservação de espécies disponíveis, garantindo que estes se alinhem com outros investimentos por parte dos governos nacionais e doadores internacionais (Prioridade de Investimento 3.1). Em paralelo, o CEPF apoiará a análise de dados recentemente disponíveis, complementados por investigação orientada para preencher as lacunas críticas, a fim de fornecer informações mais confiáveis sobre a qual basear a alocação de recursos escassos e design de estratégias para a conservação de espécies globalmente ameaçadas (Prioridade de Investimento 3.2).

Prioridade de Investimento 3.1 Apoiar a implementação de planos de acção de conservação para espécies ameaçadas e criticamente ameaçadas de extinção na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza UICN (IUCN Red List).

Algumas espécies têm necessidades de conservação que requerem ações de conservação específicas. Por exemplo, a caça ilegal é uma ameaça para muitas populações de primatas ameaçadas globalmente em todo o hotspot. Enquanto a protecção baseada no local pode aliviar essa pressão, ela precisa ser complementada por medidas para enfrentar o comércio ilegal de carne de animais selvagens, que está impulsionando a caça furtiva em muitos locais. Isso requer ações complementares fora das KBAs, por exemplo campanhas de redução da demanda de consumo em centros urbanos. Outro exemplo são os abutres ameaçados globalmente, que são espécies de ampla distribuição que podem cobrir centenas de quilómetros em busca de carniça e ocorrem amplamente fora das KBAs. A ação baseada no local não é suficiente para satisfazer as

necessidades de conservação dos abutres, que estão expostos a ameaças numa paisagem mais ampla, inclusivamente o declínio das populações de ungulados selvagens, envenenamento secundário por toxinas usadas para matar carnívoros, e o assassinato intencional para fornecer peças para práticas de medicina tradicional.

No âmbito desta prioridade de investimento, o CEPF apoiará ações de conservação específicas que atendam às prioridades estabelecidas nos Planos de Acção de Conservação de espécies globalmente ameaçadas. Os fundos do CEPF não serão utilizados para a preparação dos planos, mas sim para a implementação de planos já preparados ou a ser preparados com outras fontes de apoio. A fim de orientar os recursos limitados entre a extensa lista de espécies ameaçadas no hotspot, o apoio será limitado a espécies avaliadas como criticamente em perigo ou ameaçadas de extinção: as duas maiores categorias de ameaças. Apesar de 405 espécies corresponderem a essas categorias, é provável que a maioria das actividades no âmbito desta prioridade de investimento incidam sobre mamíferos ou aves, sendo apenas 35 e 17, respectivamente (Tabela 4.1), porque as ações de conservação baseadas no local serão mais do que suficientes para a maioria das espécies de outros grupos taxonômicos.

Prioridade de Investimento 3.2. Atualizar as análises das KBAs, incorporando dados recentes, incluindo nas áreas da Alliance for Zero Extinction e avaliações Red List global, e através da realização de investigação orientada para preencher lacunas de conhecimento fundamentais.

Como foi visto, este tema tem destacado algumas lacunas nas importantes informações taxonômicas e regionais que tornam muito difícil avaliar com precisão o estado de conservação de muitas espécies ou a importância biológica relativa dos diferentes KBAs no hotspot. Talvez de maior preocupação seja o fato de que muitos locais de importância global para a persistência da biodiversidade ainda não foram identificados e documentados como KBA, especialmente na área de água doce. Uma identificação mais abrangente das KBA não só chama a atenção para locais que necessitam de ações de conservação, mas também facilita a aplicação das normas ambientais, por exemplo, as da Corporação Financeira Internacional e do Equator Banks.

O CEPF apoiará acções para preencher essas lacunas de informação. Os dados sobre o estado das espécies e locais que se tornarem disponíveis durante o processo de caracterização ou que se tornem disponíveis durante a execução da estratégia de investimento serão utilizados para atualizar a análise da KBA. Em particular, existe uma necessidade de definir as KBAs terrestres adicionais na da Floresta da Baixa Guiné para outros grupos taxonômicos que não as aves, e realizar a identificação completa de KBAs de água doce em todo o hotspot. Esta prioridade de investimento também vai apoiar um número limitado de estudos de campo altamente segmentados para preencher importantes lacunas de conhecimento no que respeita ao estado das espécies e aos locais selecionados. A informação gerada vai atualizar o planeamento, implementação e monitorização das ações de conservação de espécies globalmente ameaçadas, enquanto as próprias pesquisas irão fornecer aos conservacionistas em início de carreira, como estudantes de pós-graduação, oportunidades para ganhar experiência de campo e de trabalho com organizações de conservação.

Direção Estratégica 4. Desenvolver a capacidade das organizações locais da sociedade civil, incluindo Povos Indígenas, grupos de mulheres e jovens, na conservação e gestão da biodiversidade de importância global.

As lições aprendidas com os projectos em curso e recentes projectos de conservação na África Ocidental têm destacado a necessidade de construir parcerias e alianças entre os três sectores-chave da sociedade - governo, setor privado e sociedade civil – de forma a desenvolver e implementar soluções para os complexos desafios de desenvolvimento sustentável que a região enfrenta. A sociedade civil enfrenta uma série de obstáculos para a prática de tais parcerias, os mais significativos dos quais são de capacidade. O programa de investimento do CEPF proporciona uma importante oportunidade para investir no desenvolvimento de capacidades das CSOs locais, abrangendo desde ONGs nacionais a organizações de base comunitária, a fim de facilitar o seu desenvolvimento como agentes de mudança e parceiros credíveis para parceiros do governo e do setor privado.

Uma das lições aprendidas da primeira fase de investimento do CEPF foi a necessidade de ligar os financiamentos ao desenvolvimento de capacidade, especialmente quando se trabalha com as CSOs pequenas e emergentes. Para este fim, o desenvolvimento de capacidades no âmbito da presente direção estratégica irá complementar os pequenos financiamentos às CSOs locais que terão lugar durante toda a estratégia de investimento. Ambas as estratégias são elementos essenciais de facilitação á emergência de movimentos de conservação locais nos países do hotspot, mas também não são suficientes por si só. Pequenas doações não vinculadas á capacitação podem criar um certo nível de entusiasmo e energia nas organizações beneficiárias, mas isso pode ser dissipado a menos estas possam construir uma reputação de boa gestão programática e financeira e atrair financiamentos de outras fontes. A falta de fundos para o desenvolvimento de capacidades impede as CSOs de aplicar as suas novas capacidades. Portanto, as atividades de capacitação no âmbito desta orientação estratégica serão estreitamente coordenadas com o desenvolvimento global do portfolio de financiamentos, onde a Equipa Regional de Implementação (Regional Implementation Team – RIT) desempenharo o papel fundamental de coordenação. Para este fim, serão atribuídos financiamentos a uma combinação de CSOs com necessidade de capacitação e de prestadores de serviços locais e internacionais, fornecendo treinamento, orientação e/ou interligação de grupos de CSOs com necessidades de capacitação comuns. Será dada uma ênfase específica no fortalecimento das organizações dos povos indígenas, grupos de mulheres e grupos de jovens e no seu envolvimento na conservação de espécies globalmente ameaçadas, dos locais prioritários e corredores de conservação. Para ajudar a gerir o volume de pedidos de financiamento para desenvolvimento de capacitação feitos por organizações da sociedade civil, poderão ser consideradas outras modalidades de financiamento para além de chamadas abertas á apresentação de propostas, incluindo lançamento de concursos restritos, e financiamentos por convite.

Prioridade de Investimento 4.1 Fortalecer a capacidade das organizações locais da sociedade civil na gestão financeira, institucional e de projetos, governança organizacional, e captação de recursos.

Como visto no Capítulo 7 e durante todo o processo de consulta, embora algumas CSOs estejam totalmente envolvidas na gestão dos recursos naturais, elas não têm o conhecimento necessário para gerenciar projetos de conservação, nomeadamente na concepção, execução e acompanhamento da execução dos projectos. Particularmente, muitos dos grupos não têm a

capacidade de desenvolver projetos e escrever propostas de financiamento dentro do padrão exigido pelos doadores internacionais. As CSOs locais muitas vezes também não têm capacidade para gerir os fundos do projeto de acordo com as exigências dos doadores, já que as suas equipas geralmente não receberam nenhum treinamento formal em gestão financeira. Para envolver efetivamente essas organizações como parceiros na conservação e desenvolvimento sustentável, há uma necessidade fundamental de reforçar a sua capacidade de base nas áreas de gestão financeira e institucional, planejamento estratégico, governança organizacional e captação de recursos. Há também a questão da boa governação na gestão financeira dos fundos gerados pelos projetos. É comum na região testemunhar a corrupção a nível local, nomeadamente a partilha desigual de custos e benefícios. Os grupos vulneráveis, como povos indígenas são muitas vezes negligenciados quando se trata de partilha de benefícios, e será dada prioridade a iniciativas de capacitação que visem organizações dos povos indígenas.

Como parte desta prioridade de investimento, o CEPF apoiará as organizações de base comunitária independentes no sentido de reforçar as suas capacidades, nomeadamente melhorando as suas estruturas de governança e sistemas de contabilidade. Será importante apoiar as estruturas descentralizadas da sociedade civil, envolver efetivamente os grupos locais e vulneráveis como as comunidades indígenas parceiras na gestão dos recursos naturais, estabelecer uma base para os mecanismos de partilha equitativa de benefícios e evitar o excesso de ênfase no desenvolvimento de uma classe profissional de ONGs nacionais que possa tornar-se uma barreira ao crescimento da sociedade civil de base, como já foi visto em alguns outros pontos críticos onde a CEPF atua. Tomando em conta a experiência da primeira fase, será dada prioridade aos planos de mentoria e outras abordagens inovadoras, em detrimento de cursos de formação convencionais.

Prioridade de Investimento 4.2 Estabelecer e fortalecer as organizações de conservação e desenvolvimento lideradas por mulheres, associações e redes de promoção da igualdade de género na gestão dos recursos naturais e repartição de benefícios.

Por causa da natureza patriarcal da maioria das culturas no hotspot, as mulheres muitas vezes não estão envolvidas ou incluídas no processo de decisão relativo aos projectos de desenvolvimento e gestão de recursos naturais. Na verdade, até muito recentemente, a conservação da biodiversidade foi vista como uma atividade exclusivamente masculina, e isso reflete-se na composição dos cargos de liderança dentro das ONGs de conservação. Até recentemente, as potenciais contribuições das mulheres tanto na gestão dos recursos naturais ao nível popular e como nas práticas de conservação a nível nacional têm sido mal aproveitadas, devido à perda de poder em questões como direitos de posse da terra duvidosos, oportunidades limitadas na tomada de decisões, falta de acesso à educação e as oportunidades de formação e de desenvolvimento de carreira inadequadas.

Felizmente, há um raio de esperança, porque a maioria dos países do hotspot estão cada vez mais a descobrir as importantes contribuições que as mulheres podem fazer em projectos de conservação e de subsistência sustentável, enquanto o ambiente de políticas e atitudes sociais estão gradualmente a tornar-se mais favoráveis à participação e liderança das mulheres. Através das atividades de grupos regionais e nacionais e redes de mulheres, tais como a Rede de Mulheres Africanas para o Desenvolvimento Sustentável (African Women Network on Sustainable Development - REFADD), e ministérios encarregados dos Assuntos de género e das mulheres o papel vital das mulheres na conservação vem sendo demonstrado cada vez mais através de alguns projetos piloto importantes. Por exemplo, alguns pequenos regimes de

financiamento, tais como o Programa Regional da África Central para o Meio Ambiente (Central Africa Regional Program for the Environment – CARPE) e o Programa Pequenas Iniciativas (Programme des Petites Initiatives – PPI), não só apoiaram os grupos de mulheres para implementar a conservação da biodiversidade e actividades de desenvolvimento rural no terreno, mas têm também atuado como um instrumento através do qual as mulheres têm influenciado inúmeras políticas que estão actualmente a promover as ações de conservação lideradas por mulheres.

Para fortalecer estas tendências positivas, o CEPF irá reforçar a capacidade dos grupos de mulheres na defesa da gestão dos recursos naturais e dos direitos de desenvolvimento, e especialmente da igualdade de género. O CEPF também vai oferecer formação para apoiar as CSOs lideradas por mulheres de modo a enfrentarem algumas questões institucionais que não favorecem a participação das mulheres na conservação da biodiversidade em locais prioritários. Essas atividades podem ser ligadas a investimentos sob a Prioridade de Investimento 1.3 em actividades de subsistência sustentável e criação de emprego. Atividades de subsistência que apresentam oportunidades especialmente boas para a participação de mulheres rurais incluem a colheita sustentável, o acréscimo de valor e comercialização de NTFPs.

Prioridade de Investimento 4.3 Fortalecer a capacidade de comunicação de organizações locais da sociedade civil em apoio á sua missão e criar consciência pública sobre a importância dos resultados da conservação.

A comunicação estratégica é um dos principais componentes dos programas da conservação, especialmente quando eles estão a competir com outras visões de desenvolvimento pela atenção de tomadores de decisão e comunidades locais. No entanto, a informação obtida pelas partes interessadas, é que a maioria dos programas de conservação não alocam tempo e recursos suficientes para gerar e disseminar informações sobre a importância das espécies e ecossistemas em formatos localmente apropriados. Além disso, a experiência da primeira fase do investimento do CEPF no hotspot revelou a necessidade de se avançar para além dos esforços convencionais de educação e sensibilização ambiental, que não provaram ser muito bem sucedidos. Para preencher esta lacuna, o CEPF financiará actividades que reforcem a capacidade de comunicação das CSOs locais, para que elas possam desenvolver a consciência da importância dos resultados da conservação entre as principais audiências a nível local, sub-nacional e nacional. Esta capacitação irá potencialmente abranger uma série de meios, incluindo revistas científicas, relatórios políticos e técnicos, programas de rádio e televisão, jornais e mídia on-line. O CEPF apoiará igualmente oficinas de sensibilização para criar consciência pública sobre a importância na conservação de projetos de conservação. A educação cooperativa e marketing social também vão estar entre as ferramentas em que as CSOs podem receber capacitação, uma vez que podem ser particularmente apropriados catalisar os tipos de mudança de comportamento e redução da demanda dos consumidores necessários para responder a ameaças como a caça furtiva e comércio de vida selvagem.

Também será muito importante fortalecer a capacidade das CSOs locais, documentar e trocar experiências, lições aprendidas e abordagens inovadoras tanto internamente dentro das suas próprias organizações, como externamente entre as CSOs semelhantes. Embora grande parte desse intercâmbio entre as CSOs venha a ter lugar dentro dos países, o CEPF vai aproveitar a natureza regional do programa de investimentos facilitando o intercâmbio de trabalho sobre temas semelhantes entre as CSOs em diferentes países do hotspot. Isto não só irá impedir outros

actores da sociedade civil de repetir abordagens que falharam ou não foram úteis em outros lugares, mas também irá facilitar a ampliação de experiências, lições aprendidas e histórias de sucesso em outros locais. Isto irá permitir que os actores atinjam rapidamente os seus resultados de conservação de uma forma rentável.

Finalmente, a capacidade das CSOs para divulgar os resultados dos seus projectos de demonstração aos tomadores de decisões nos setores público e privado será reforçada. Com base na experiência de outros hotspots, a construção de alianças de CSOs, incluindo organizações de povos indígenas e grupos de mulheres, que trabalham em questões semelhantes, que podem se comunicar com esses públicos de uma forma coordenada, tem provado ser uma estratégia eficaz. Este tipo de apoio à capacitação irá facilitar a integração da biodiversidade nas políticas públicas e práticas do sector privado que está previsto no âmbito da Orientação Estratégica 3, com base nos resultados de projectos de demonstração conforme as Orientações Estratégicas 1 e 2.

Direção Estratégica 5. Fornecer liderança estratégica e coordenação de investimento eficaz através de uma Equipa Regional de Implementação (Regional Implementation Team – RIT).

Tal como já pode ser visto nas interdependências que existem entre os diferentes elementos da estratégia de investimento, bem como na necessidade de integrar a concessão de financiamentos com a capacitação, o desenvolvimento de um portfolio de financiamentos, cujos impactos sejam maiores do que a soma das suas partes exigirá liderança estratégica e eficaz coordenação. Embora o Secretariado do CEPF irá fornecer supervisão estratégica geral e assegurar a conformidade com todas as políticas e requisitos, tal liderança e coordenação podem ser mais eficazes se fornecidos por uma organização ou organizações com uma presença permanente no hotspot. Isso também irá ajudar a garantir a sustentabilidade do programa, através da construção de um repositório de conhecimento, experiência e contatos que perdurará para além do fim do período de investimento. Para este fim, o CEPF irá implementar o seu programa de financiamento em estreita colaboração com a RIT. A RIT vai ajudar a promover e gerir o processo de obtenção de financiamentos, empreender capacitação-chave, manter e atualizar dados sobre os resultados de conservação. Ela também irá liderar a promoção da agenda global de resultados de conservação para o governo e outras partes interessadas. Os termos de referência detalhados para a RIT podem ser encontrados no site do CEPF: www.cepf.net.

Prioridade de Investimento 5.1 Operacionalizar e coordenar os processos e procedimentos de concessão de financiamento do CEPF de modo a assegurar a aplicação eficaz da estratégia de investimento em todo o hotspot.

Para grandes financiamentos, a RIT vai ajudar o Secretariado do CEPF através da revisão e processamento de pedidos de financiamento, garantindo a conformidade com as políticas do CEPF, e facilitando a avaliação e monitorização do beneficiário e portfolio precisas e a tempo. Em particular, a RIT vai desempenhar um papel muito importante na solicitação e análise de propostas. Este papel abrange uma ampla gama de atividades, desde as convocatórias de propostas, a estabelecer comités de revisão, a fazer recomendações finais para aprovação ou rejeição. Essas tarefas exigem perícia técnica, conhecimento da estratégia e a capacidade de compreender que todos os projectos seleccionados farão uma contribuição única para a realização dos objectivos do CEPF.

A RIT também assumirá a responsabilidade pela gestão do mecanismo de pequenos financiamentos do CEPF no hotspot, incluindo orçamento, processamento de propostas, adjudicação de subsídios e monitorização dos impactos. Os pequenos subsídios desempenham um papel extremamente importante no portfolio do CEPF. Eles podem abordar temas ou áreas geográficas de importância, servir como subsídios de planeamento, ou fornecer oportunidades para envolver grupos locais e de base que possam não ter a capacidade de implementar grandes subsídios. O papel estratégico destes financiamentos não pode ser subestimado, e a RIT será responsável pela supervisão estratégica do portfolio de pequenos subsídios de modo a assegurar a coerência com o portfolio global de financiamentos, decidirá sobre a adjudicação de todos os pedidos de financiamento. Como mencionado na Seção 11.2, a fim de atender às necessidades das CSOs locais no hotspot, o tamanho máximo de um pequeno financiamento será fixado em USD 50.000, embora a RIT tenha a opção de conceder pequenas doações de uma variedade de tamanhos.

A RIT também será responsável por monitorar e avaliar o desempenho do portfolio, assegurando o cumprimento dos requisitos de informação, garantindo que os beneficiários compreendem e cumprem com as políticas de salvaguarda social e ambiental, e revisão de relatórios. Para este fim, a RIT vai realizar visitas a beneficiários, para identificar as necessidades de acompanhamento no desenvolvimento de capacitação. Isso irá garantir a implementação e acompanhamento de projeto eficazes, e requer conhecimentos técnicos para ser realizado de forma eficaz e informar a gestão adaptativa.

Prioridade de Investimento 5.2 Estabelecer um amplo círculo de grupos da sociedade civil que trabalhem para além das fronteiras e políticas institucionais com vista a alcançar os objetivos comuns de conservação.

A RIT irá também desempenhar funções programáticas que apoiem directamente o desenvolvimento estratégico da carteira de financiamentos e contribuam, por si próprios para alcançar resultados de conservação que produzam benefícios a toda a carteira. Essas tarefas incluem facilitar o intercâmbio de conhecimento entre os beneficiários e outras partes interessadas, identificar oportunidades de alavancagem para o CEPF, e alinhar investimentos do CEPF com investimentos de outros doadores. Estas funções requerem que a RIT mantenha competências internas de conservação para assegurar que os fundos do CEPF estejam estrategicamente canalizados de forma a otimizar a realização dos seus objetivos de conservação. Será também necessário que a RIT fomente a colaboração e criação de redes entre as CSOs, respondendo assim às lições aprendidas com a primeira fase do investimento, que apontou para o valor de tais redes evitando a duplicação de esforços e maximizando os resultados de conservação.

Os objetivos desta prioridade de investimento são principalmente coordenar e comunicar os investimentos do CEPF, construir parcerias e promover o intercâmbio de informações nos locais prioritários e corredores de conservação. Eles também irão apoiar a capacitação, uma função que é considerada como sendo o cerne da responsabilidade da RIT. Enquanto formas complementares de capacitação serão apoiadas sob a Direção Estratégica 4, a RIT irá desempenhar um papel activo no desenvolvimento da capacidade das CSOs locais de forma a acessar e fazer uso eficaz do financiamento do CEPF. Assegurar que os parceiros têm a capacidade institucional e individual de projetar e implementar projetos que contribuam para os objetivos da estratégia de investimento não é a única finalidade da capacitação; ao contrário, é essencial para a execução da missão global do CEPF de envolver e fortalecer a sociedade civil e

para a execução de outros elementos da estratégia de investimento. A experiência de investimentos anteriores do CEPF no hotspot demonstrou que estes esforços de capacitação são essenciais para garantir bons projectos que estejam integrados numa estratégia mais ampla e numa visão comum de conservação. A capacitação das CSOs em desing, implementação e avaliação de projetos também irá ajudá-las no acesso a financiamentos de outros doadores disponíveis, reforçando assim a sustentabilidade dos impactos do financiamento do CEPF.